

POLÍTICAS DO AUTISMO: UMA TRAMA COMPLEXA DE DISPUTAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS DISCURSIVAS

Isael de Jesus SENA¹

Resumo

Trata-se da resenha do livro *Políticas do autismo: Efeitos sobre o lugar da criança no imaginário social*. Sua autora, Letícia Vier Machado, mostra que há um excesso de circulação discursiva do significante “autismo” no campo social. Destaca que as práticas discursivas que configuram o campo do autismo carregam ideais de infância e moldam os contornos de uma criança ideal, presente no imaginário social. Aponta que a bandeira de luta política do autismo está marcada por proposições que se materializam no plano das políticas públicas indicando desse modo o lugar fabricado e reservado hoje às crianças. O livro nos convida a tomar certa “distância” dessa pulverização discursiva em torno do diagnóstico do autismo que se sobrepõe à criança, para assim compreendermos que a dominância do modo como a sociedade se relaciona com o autismo e os autistas amplifica a maneira como idealizamos e educamos as crianças.

Palavras-chave: Autismo; Políticas Públicas; Infância; Psicanálise; Imaginário Social.

AUTISM POLICIES: A COMPLEX PLOT OF DISPUTES, PUBLIC POLICIES AND DISCURSIVE PRACTICES

1

Abstract

*This is about the review of the book *Autism policies: Effects on the child's place in the social imaginary*. Its author, Letícia Vier Machado, shows that there is an excess of discursive circulation of the signifier “autism” in the social field. She highlights that the discursive practices that shape the field of autism carry childhood ideals and shape the contours of an ideal child, present in the social imagination. She points out that the political struggle for autism is marked by propositions that materialize at the level of public policies, thus indicating the place created and reserved today for children. The book invites us to take a certain “distance” from this discursive spraying around the diagnosis of autism that overlaps the child, so we can understand that the dominance of the way society relates to autism and autistic people amplifies the way we idealize and educate children.*

Keywords: Autism; Public Policies; Childhood; Psychoanalysis; Social Imaginary.

¹ Universidade Católica do Salvador (UCSal), Salvador, BA, Brasil. E-mail: senaisael@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8862-2917>

POLÍTICAS DE AUTISMO: UNA TRAMA COMPLEJA DE DISPUTAS, POLÍTICAS PÚBLICAS Y PRÁCTICAS DISCURSIVAS

Resumen

Esta es una reseña del libro Políticas del autismo: Efectos sobre el lugar del niño en el imaginario social. Su autora, Leticia Vier Machado, muestra que existe un exceso de circulación discursiva del significante “autismo” en el campo social. Destaca que las prácticas discursivas que dan forma al campo del autismo cargan ideales de infancia y moldean los contornos de un niño ideal, presente en la imaginación social. Señala que la lucha política por el autismo está marcada por propuestas que se materializan en el plano de las políticas públicas, indicando así el lugar creado y reservado hoy para los niños. El libro nos invita a tomar cierta “distancia” de esta pulverización discursiva en torno al diagnóstico de autismo que se impone al niño, para que podamos comprender que el predominio de la forma en que la sociedad se relaciona con el autismo y los autistas amplifica la forma en que idealizamos y enseñamos a las nuevas generaciones o a los niños.

Palabras-clave: Autismo; Políticas públicas; Infancia; Psicoanálisis; Imaginario Social

2

INTRODUÇÃO

Leticia Vier Machado graduou-se em psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, é mestre em psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo e doutora em Ciências da Educação pela École Doctorale Pratiques et Théories Du Sens da Université Paris 8 – Vincennes-Saint-Denis (França), em regime de cotutela. Psicanalista, atua na clínica psicanalítica na cidade de Maringá (PR). É professora do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá. É autora do livro “Política do autismo: Efeitos sobre o lugar da criança no imaginário social”, publicado em 2022 pela Benjamin Editorial. Neste artigo elaboramos uma resenha sobre o livro referenciado e refletimos sobre a contribuição da autora acerca de como o debate sobre o autismo está atravessado por uma complexa trama de relações, disputas, demandas e políticas públicas. Nosso exercício de síntese, sem perder de vista a densidade, complexidade e fôlegos exigidos pela leitura da obra, visa retomar os ecos e tensões produzidos a partir desta, destacando os aspectos centrais. Antes de entrarmos propriamente nos comentários, cabem algumas digressões.

Há um consenso compartilhado entre os pesquisadores de várias áreas de que enfrentamos uma “epidemia” de diagnósticos de autismo. Essa possível generalização se deve, em grande parte, ao alargamento dos critérios de diagnósticos promovido pelos manuais DSM V e a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) entre outros, que

permitem, segundo um raciocínio fatorialista, identificar e reconhecer precocemente signos do autismo, provendo assim: detecção, tratamento, reabilitação e acompanhamento. Com estas ações sendo inseridas no país, médicos-especialistas, pais, professores e a sociedade se tornaram vigilantes em relação à detecção precoce dos sinais do autismo. Cada um corrobora, a partir do que circula no imaginário social, pautando-se no discurso científico e a racionalidade discursiva dos saberes expertos. Mais ainda, o autismo tornou-se o significante de um campo marcado por diversas disputas: de terapêuticas e psicoterapias, entre abordagens tidas como mais ou menos eficientes, capazes de intervirem preventiva e precocemente no desenvolvimento da criança para que amplie as suas capacidades cognitivas, relacionais e sociais; objeto das especializações, de cuidados, de projetos de leis, de políticas públicas, de procedimentos, de intervenções, dos movimentos ativistas, das práticas discursivas diversas, de judicialização, das associações de pais, além da formação de coletivos diversos que lutam por inclusão e justiça social na busca por reconhecimento, considerando à dinâmica do laço social à brasileira. Uma breve análise sobre esta dita “epidemia” nos remete também à sociedade do excesso, signo do nosso sintoma social contemporâneo, em suas formas (re)atualizadas, representando assim o *zeitgeist* de nossa época.

Ao escutar os ecos desse sintoma social, *d’isso* que incide nos corpos infantis e também adultos – o autismo em suas múltiplas expressões, e distanciando-se do reducionismo operado pelo discurso neurobiológico, além de extrair as consequências do autismo amalgamado por uma complexa trama de disputas de interesses e práticas discursivas, Machado (2022), brilhantemente, nos apresenta a sua tese revelando que “a dominância de certo modo de relação com o autismo e com os autistas, sobretudo com as crianças autistas, amplifica a maneira como sonhamos² e construímos a criança no imaginário social” (p. 26). Para defender esta tese a autora utiliza-se da psicanálise a partir de “uma posição litorânea em relação a outros saberes”, como descreve no capítulo 1, reconhecendo deslocamentos, aproximações epistemológicas e ontologias distintas a partir da contribuição da antropologia social, a perspectiva psicossocial, o materialismo cultural e antropologia psicológica. Pode-se depreender dessa cartografia construída por Letícia, um talentoso trabalho intelectual que inaugura algo novo. Essa análise nos permite concordar com Lajonquière (2022, p.203) em seu posfácio, segundo o qual “uma tese é uma afirmação que instaura uma diferença em um campo de debates”. Vejamos do que se trata essa contribuição!

Seguindo as trilhas de Machado (2022, p. 59) importa destacar que estamos diante sim de “um excesso de circulação discursiva do significante “autismo” no campo social”. Este excesso nos remete também à problemática questão daquilo que domina o imaginário social. Por esta razão cabe evocar a precisão de Lacan: “a referência de um discurso é aquilo que ele

² A autora nos recorda que o uso da expressão “sonhar” está sendo empregada no sentido atribuído por Lajonquière (2010, p. 36) o qual ao tratar das relações entre psicanálise e educação ressalta: “Em se tratando de crianças, o assunto diz respeito inexoravelmente a nossos sonhos, medos e esperanças relativos ao mundo do amanhã”, destacou Machado (2020, p. 62).

confessa querer dominar, querer amaestrar. Isso basta para catalogá-lo em parentesco com o discurso do mestre”. (Lacan, 1969-70/1992, p. 72).

O autismo, reduzido às neurociências e suas derivações, torna-se o objeto do imperativo desse discurso dominante, o qual nos amaestra e busca homogeneizar o olhar clínico dos especialistas, dos professores e dos pais, cada um com seus ideais, utilizando-se desses signos do autismo que circulam, ou seja, significantes, transformando-os em uma espécie de *checklist* de uma série de etiquetas que forjarão a construção do diagnóstico que circula no imaginário social e nos discursos midiáticos, constituindo-se como acervo dos repertórios interpretativos das pessoas, embora fonte também de mal-estar. Por este motivo não nos surpreende mais que, durante um seminário de pós-graduação na França³, enquanto escutávamos a contribuição de uma pesquisadora sobre o tema, um jovem adulto levantou a mão solicitando a palavra interrompendo a professora. Em seguida listou possuir um conjunto de sinais indicadores de seu diagnóstico, tardio, como autista. A declaração do estudante estava acompanhada também de sua descrição minuciosa acerca de sua luta inglória com a universidade da qual era aluno, para receber outro tipo de tratamento, sobretudo diferenciado da parte de seus professores durante as avaliações. “Eu sou um autista”, declarou o estudante buscando nos mostrar como se orientava no mundo. Nesse sentido, como reiterou Lacan (1964-1965, p. 35), a denominação cumpre a função de “tomar o significante como alguma coisa que se cole... se destaque do indivíduo para o qual está feito para designar.”

4

Assim, nesses ditos “tempos de autismo”, também concebido como “a batalha do autismo” (Laurent, 2012) que atravessa não apenas o domínio da clínica e da política, mas consideremos também a Via Crúcis enfrentada pelos pais, observa-se o desenvolvimento de projetos de leis propondo à pólis um conjunto de proposições voltadas às pessoas com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), visando dessa forma, em nome da proteção à criança e ao adolescente, os quais estão sob o signo de uma “deficiência⁴”, promover maior visibilização aos autistas, conferindo-lhes centralidade no plano das políticas públicas. Ao analisar os desdobramentos dessas intervenções públicas e privadas, Machado (2022) destaca os significantes desses excertos e destes extrai suas consequências e dimensões imaginárias, apontando-nos que, no fundamento dessas ideias, se trata de rotular “uma criança ideal, presente no imaginário social”. (p.20). Desse modo a autora questiona: “são as crianças autistas visíveis ou elas visibilizaram o autismo?” (p.85). Conclui: “é pelo efeito da junção desses significantes, criança autista, que o campo do autismo conquistou relevância política” (p. 85).

³ Trata-se de uma observação registrada durante a apresentação da pesquisadora Brigitte Chamak, durante a realização de meu estágio de pós-doutorado no ano de 2021, na Université Paris 8 Vincennes-Saint-Denis.

⁴ A autora alerta para o fato de que a inclusão do autismo na categoria de deficiência representou para os familiares como a conquista de uma categoria. “O autismo passou da invisibilidade jurídica e política para o campo da reivindicação por direitos, protagonizado pelos familiares, sobretudo crianças autistas” (Machado, 2022, p. 104).

Não nos apressemos sem antes retomar a junção *autismo e política*, pois na arena destes a criança é objeto central; embora as disputas voltadas para o público-alvo, especificamente dos autistas adultos, denunciem a nossa “precária política pública” que se digne estender aos adultos.

Ao considerar a complexidade do debate sobre o autismo, Machado (2022) propõe convocar os psicanalistas a se posicionarem nas discussões da pólis; inclusive, destaca com bastante rigor as produções e ações já realizadas, assinalando a pertinência da práxis psicanalítica nos debates não só em referência ao autismo, como também nas discussões sobre infância e política; outros dois significantes explorados com rigor ao longo de sua obra.

Nessa direção, retomando os ditos excessos generalizados de projetos, intervenções, diagnósticos, publicitários, mercadológico, saberes expertos em relação às crianças autistas, destaca-se o fato de que o autismo pode ser compreendido como um sintoma social e, como tal, devemos adotar uma cautela. Desse modo,

[...] a quantidade de projetos de lei que visam identificar o autismo por meio de símbolos alusivos, e os autistas por meio de documentação específica, testemunham o crescimento da presença do autismo na pólis. Esse crescimento, como argumentamos, não representa necessariamente um aumento real de casos de autismo, visto que esse cálculo que propõe comparar os autistas de antes com os autistas de hoje revela-se impossível, pois o que ditava os contornos do autismo em outras décadas não é o mesmo que define o autismo hoje. De todo modo, o tal crescimento situa o autismo como marca de nossos tempos. (Machado, 2022, p. 59).

5

Todo este cenário apresentado mostra uma (pré)ocupação para com a infância desde a modernidade, assumindo, de acordo com a temporalidade, certos moldes projetados em torno de uma criança ideal. Essa idealização da criança, ou “sentimento de infância”, observado de um ponto de vista histórico, tornou-se objeto da vigilância pública no que se refere a certas noções como riscos⁵, justificando desse modo os benefícios da detecção precoce e permitindo, dessa maneira, que o significante autismo circule para outros espaços não estritos aos especialistas.

Resumindo o capítulo 1 a autora recupera as noções de infância e de criança⁶ necessárias para compreender o autismo e as políticas públicas. O primeiro exercício, não necessariamente nesta ordem, é o de desprender-se de conceber a infância fora do estatuto

⁵ Há um amplo debate sobre a participação de psicanalistas no que se refere aos sinais e riscos de autismo. A criação de Indicadores de Risco de Desenvolvimento Infantil (IRDI) retomado por Machado, além das discussões sobre a criação do Marco Legal da Primeira Infância, oficializado pela Lei n. 13.257/2016, mostram o interesse público em promover e garantir os direitos na primeira infância.

⁶ Para a autora “pressupor a infância como experiência situada e as crianças como os seres que encarnam a experiência da infância permite afirmar quem embora sempre tenham existido, as crianças chegam à vida para habitar essa experiência ocupando diferentes lugares e posições na relação com os adultos” (Machado, 2022, p. 39).

de uma possível naturalidade, tampouco sedimentada em uma perspectiva de desenvolvimento psicológico, como se assim fosse efeito de um movimento sincrônico, logo cronológico e independente da ação de outro sujeito. Presume-se que esses discursos projetam em seu horizonte uma imagem sobre a qual se deve intervir: a imagem d'A-Criança⁷

Todas estas noções “alimentam a ilusão da conaturalidade entre as crianças e a infância” (p. 36). Esses dois conceitos sofrem mutações e assim são correlatos do funcionamento social e dos determinantes políticos de cada época. Esta análise é imprescindível para situar “que o autismo e suas políticas dizem do lugar fabricado e reservado, nos dias de hoje, à criança no imaginário social”. (Machado, 2022, p. 36).

Seguindo o raciocínio anterior, a autora analisa criticamente os determinantes sociopolíticos que contribuem para compreender como são construídas as nomeações. Nesse sentido, o TEA, compreendido enquanto *pathos*, como signo de um provável desvio de uma normalidade suposta, constitui modos de relações com as crianças pautados em *avaliar*, *testar* e *antecipar os riscos*. Essa tríade responde ao que seria sintomático de nosso laço social. Dito de outro modo representa a maneira como os adultos e o Estado — este segundo como agente regularizador — têm idealizado e sonhado essa criança na pólis. Mas caberia uma ressalva, diz Machado (2022):

Não se trata de questionar aqui a participação da genética, do ambiente ou das relações de uma criança com seus cuidadores na produção de um sujeito que venha a ocupar a *posição autista* na estrutura que o determina. Ao tomar o autismo como objeto deste estudo, interessa-nos sobretudo: nenhuma nomeação é neutra e tampouco dissociável da época na qual foi ou é forjada (p. 35).

6

Dando continuidade a este raciocínio de como a categoria diagnóstica o autismo foi sendo forjada, a autora nos convida a adentrar nos meandros da historicidade desse conceito central, testemunhando para nós que houve um deslocamento da gramática do autismo da esfera privada para a vida pública, na medida em que um *ethos* psiquiátrico, especializado sobre problemas da infância, foi se constituindo na construção da psiquiatria infantil, ao longo do tempo. Do autismo enquanto sintomatologia proposto por Kanner, para além do autista de Aspeger, como um “tipo de personalidade” em que “o estereótipo da fascinação que o autista exerce no imaginário social” (p. 71), ou seja, “essa imagem nutrida por personagens emblemáticos, fictícios ou reais, que encarnam a figura do autista” (p. 72) tida como “alto nível”, sob o imaginário da “onda cognitiva”, a qual se valoriza o intelecto para atender as exigências do mercado de trabalho, Machado mostra as transformações ocorridas (do século XVIII ao XX) na categoria diagnóstica de autismo do campo da psiquiatria até os manuais DSM I, DSM II, DSM III, DSM IV até o DSM V (1952-2013). Esta historicização crítica é necessária

⁷ A autora retoma a Lajonquière (2010) para destacar que “o uso da grafia em maiúsculo na expressão A-Criança marca seu caráter genérico, pois não se refere a uma criança em sua singularidade, mas a uma imagem à qual as crianças correspondem” (p. 143).

para alcançar a formulação hoje se faz do TEA enquanto paradigma do desenvolvimento “atípico” ou “anormal”, reduzida como uma categoria híbrida, ampla, mas inespecífica quando limitada ao diagnóstico “guarda-chuva”. Esse percurso foi fundamental para a autora questionar a “epidemia diagnóstica e seus efeitos” (p.73). Dito de forma mais resumida: a abrangência do TEA a partir do alargamento dos critérios de diagnóstico contribuiu para pulverizar o significante “autismo” em diversos lugares. Isso não ocorre sem consequências no plano político, econômico, educacional e assistencial em todos os níveis.

Estas noções – anteriormente contextualizadas de um ponto de histórico – conduziram a autora em seu capítulo 3 a formular uma ideia segundo a qual construímos o *campo*⁸ do *autismo*. Campo aqui concebido enquanto “um microcosmo relativamente autônomo no interior do mundo social” (p.80). O autismo, para além de ser polissêmico, agrega agentes diversos: pais e mães, na forma ativista das associações; e profissionais; os especialistas diversos e os cientistas – pesquisadores. Os primeiros alcançam um lugar de fala nas decisões e reivindicações por políticas públicas, sendo determinantes nas suas ações e pautas, como exemplo “relocar o autismo no terreno das deficiências” (p. 83). Ademais, a luta deles pela superação de uma perspectiva psicogênica que predominou durante as décadas de 1960 e 1980; apostando em seguida em explicações genéticas baseadas em evidências segundo uma lógica preditiva-explicativa. Na atualidade, os pesquisadores em neurobiologia e genética têm assumido uma posição privilegiada na produção científica sobre autismo. Ainda sobre os especialistas, destacamos que: — sob a égide da “jurisdição do discurso dominante da psiquiatria” (p.83) que vem sendo pulverizada nas formas discursivas e nas práticas — deu “abertura para o fortalecimento de um novo mercado multiprofissional, envolvendo profissionais da psicologia, educação, fonoaudiologia, psicomotricidade, terapia ocupacional, nutrição etc.” (p.83). Pode-se analisar que “as tensões que circulam no contexto brasileiro não são próprias do autismo como fenômeno, mas do autismo como fenômeno situado” (p.85).

Assim, para dissecarmos o fenômeno do autismo, situando-o – Machado estabelece três vetores fundamentais a fim de territorializar o objeto inserido no amplo debate das pautas das políticas públicas, a saber: primeiro, diagnóstico e tratamento; segundo, as relações entre autismo e deficiência; terceiro, ativismo. Este triângulo, em cada um dos seus vértices, converge em direção às proposições que buscam coincidir as lutas, mas também dissensos sobre o autismo. Passemos então a examiná-los, brevemente, cada um como a autora o faz no capítulo 3.

No que se refere à pauta do diagnóstico e tratamento, ela mobiliza não somente pesquisas e diretrizes das políticas públicas, mas também tensionamentos em relação às abordagens terapêuticas que centram o debate sobre a eficácia, criando assim um mercado terapêutico ativo no campo do autismo. Todo este movimento remete à noção de detecção e

⁸ A autora retoma a definição de campo extraída de Bourdieu e assim declara: “um campo é um campo de forças, e um campo de lutas para transformar as relações de forças. Em um campo político ou campo religioso, ou qualquer outro campo, as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse campo no momento considerado” (Machado citado por Bourdieu, 2022, p. 80)

prevenção logo na *primeira infância*. A lógica preditiva-prescritiva implementada no final do século XIX responde ao funcionamento do laço social, ao tempo em que considera no devir os efeitos da incerteza presente no encontro com as crianças. Mas essa marca cronológica de um possível desenvolvimento esperado é vista sob múltiplos ângulos que não se coincidem. De um lado o alerta da Organização Mundial da Saúde para que se feche o diagnóstico antes do terceiro ano de vida; do outro, Machado é assertiva quando observa, no interior desta preocupação pela exclusividade da precocidade em diagnosticar, que se projetam desde o início o lugar esperado para a criança performar em sua vida futura diante das agruras que ela terá que enfrentar. Predizer não prescreve o que fazer com a criança, pois é preciso no encontro com a criança que advém considerar uma zona de indeterminação. A psicanálise advoga a pertinência de intervenções na primeira infância, considerando que o sujeito é efeito de um significante e, portanto, em sua estrutura de linguagem está atravessado pelas marcas simbólicas. Logo, ao considerarmos as noções de constituição psíquica e da intervenção a tempo, é preciso considerar a instalação de psicopatologias graves.

Nessa mesma direção, no segundo vetor, Machado redimensiona as relações entre autismo e deficiência, que encontraram o seu amparo legal na Lei n. 12.764, conhecida também como “Lei do Autista”, mas não necessariamente todos são atendidos em suas necessidades e proporções. “O dispositivo legal estendeu às pessoas com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autistas direitos assegurados às pessoas com deficiência, como direito à vida digna, à integridade física e moral, ao livre desenvolvimento da personalidade, à segurança e ao lazer” (p. 103). Isso implicou em adotar também a intersectorialidade do desenvolvimento das ações políticas e de serviços.

Nesse sentido como destaca a autora “o autismo passou da invisibilidade jurídica e política para o campo da reivindicação por direitos, protagonizado pelos familiares, sobretudo por crianças autistas” (p.104). De todo modo é preciso considerar para além das perspectivas do direito que a nomeação “deficiência” também “visibilizou a pluralidade de forças que disputam sentidos do que a palavra deficiência pode ou não representar, garantir ou autorizar” (p. 106). No entanto, o termo deficiência também contribuiu para que ganhasse “força o binômio diagnóstico-deficiência”, enfatizando a noção de desvantagem que, por sua vez, implica em aplicação de medidas que devem suprimir a partir de recursos corretivos sobre corpo. A outra face dessa redução enfatiza a dimensão orgânica como explicação etiológica, reduzindo o autismo ao saber biomédico, logo o incapacitado é aquele a quem se deve tutelar. Com base nessa perspectiva seria apenas suficiente treinar habilidades nas crianças e identificá-las para que assim a lógica paradoxal do pertencimento sob a forma de separar para incluir torne visível “o autismo que não é visível ao olho nu”, (p.118).

No terceiro vetor, aborda-se o campo do ativismo tem ocupado um papel crucial na formulação de políticas públicas, responsabilizando o Estado no sentido de garantir a assistência aos autistas. O grande impasse consiste em produzir deslocamentos entre os “ativistas do autismo” – pais e mães que falam pelos autistas em detrimentos dos “ativistas autistas” que reivindicam falar em nome próprio, ou seja, nada sobre os autistas sem as vozes

dos autistas. Machado acentua um aspecto fundamental que consiste, no ativismo de familiares, em poderem politizar a experiência privada, embora as pautas dos ativismos não constituam um grupo homogêneo, alocados resumidamente em três tipos: cerebral, ambiental e divergente.

As diferentes formas de ativismo oferecem suporte identitário, criando força políticas nas suas expressões diversas, reivindicando ofertas de cuidado ao tempo em que buscam tornar pública a experiência privada de ter um filho autista. Esses cenários acabam contribuindo para a dominância de um Autista no imaginário social, em geral uma criança⁹, restando aos adultos autistas um lugar lateral nas reflexões coletivas. Essa representação seria fruto da “paixão pela criança” quando se nutre sobre ela adoração. Desse modo “a figura dominante d’O Autista adquire no imaginário social parecem ir ao encontro da criança ideal e de uma infância idealizada nos sonhos dos adultos” (p.126).

Por fim, o 4º capítulo, Machado destaca com criticidade o lugar da psicanálise e dos psicanalistas a partir de um trabalho litorâneo, na pólis, na política da cidade, no que diz respeito ao tratamento dos autistas nesses *tempos de autismo*, considerando como uma abordagem que considera o sujeito e a singularidade dos autistas. Logo não se trata de uma teoria trans-histórica; ela está sujeita às mesmas capturas pelos discursos dominantes a que estão sujeitos outros discursos. Essa reivindicação se torna necessária diante da ocupação massiva das neurociências ou das teorias cognitivo-comportamentais que enfatizam a eficácia do tratamento aferida por meio da medicina baseada em evidências.

9

Seguindo o raciocínio anterior, os psicanalistas foram provocados a se inserirem na lógica da *prevenção* atentos aos riscos, mas também aos potenciais deste significante. De um lado, o risco é reduzir a ideia de antecipar-se à instalação de uma patologia psíquica. Por outro, a advertência de que o sujeito é efeito do discurso. Dito de outra maneira, situado no campo das indeterminações. Isso implica em alguma medida desafiar as possibilidades de previsão. O analista, *com os outros*, ao sair de sua posição de abstinência e ao fazer alianças “tem a missão política de impedir que a particularidade de cada um seja sobreposta pela universalidade, ou em nome de qualquer universal” (p.130). Assim a inserção possível da psicanálise no debate público sobre o autismo, orientada não mais para pensar seu lugar e dos psicanalistas no cuidado junto aos autistas, “tornou-se então uma ferramenta que permite analisar a preocupação dos adultos, familiares ou especialistas de diferentes áreas que lidam com a infância instalada a partir do excesso de circulação discursiva do autismo, participando do laço adulto-criança” (p. 131).

Nesse sentido Machado responde enquanto psicanalista ao convite feito à psicanálise para que se situe em sua época, atenta à subjetividade produzida pelo discurso dominante que nos amaestra em torno da pulverização de diagnósticos de autismo, analisando-o de um

⁹ A autora ainda mostra que quando o autismo se reduz a uma “identidade essencializada” reduzindo-se à criança e a fixa na infância, interditando desse modo acesso da criança à temporalidade a que todos nós, seres falantes, estamos sujeitos. Porém sem acesso à temporalidade, não há sujeito da linguagem e, portanto, só resta espaço para o *infans*.

ponto de vista histórico, político e ético. Mostra que a potência da psicanálise, desentrançada, diante do campo discursivo do autismo, consiste em exercitar a sua tarefa desidealizadora, ou seja, “recuperando e desinflando a montagem do cenário ideal que compõe o negativo a cada vez que “novas” questões sobre o autismo se projetam aos nossos olhos” (p. 164).

REFERÊNCIAS

Chamak, B. (2021). *Controverses sur l'autisme: Décrypter pour dépasser les antagonismes*. Érès.

Laurent, E. (2012). *La bataille de l'autisme: De la clinique à la politique*. Navarin Le Champ Freudien.

Lacan, J. (1992). *O seminário – livro 17: O avesso da psicanálise*. Zahar.

Lacan, J. (1964-65). *Problemas cruciais para a Psicanálise*. Centro de Estudos Freudiano de Recife.

Lajonquière, L. de (2022). Posfácio. In L. V. Machado, *Políticas do autismo: Efeitos sobre o lugar da criança no imaginário social* (pp. 203-206). Benjamin.

Lajonquière, L. de (2022). *Figuras do infantil: a psicanálise na vida cotidiana com as crianças*. Vozes.

Machado, L. V. (2022). *Políticas do autismo: Efeitos sobre o lugar da criança no imaginário social*. Benjamin.

Recebido em: 07/03/2024

Reapresentado em: 06/05/2024

Aprovado em: 06/05/2024

SOBRE O AUTOR

Isael de Jesus Sena possui graduação em Psicologia pela Universidade Salvador (2006), é especialista em Psicologia Clínica e em Psicologia Social pelo Conselho Federal de Psicologia (2014), mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Bahia (2015) e doutor em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2020) e pela École Doctorale Pratiques et Théories Du Sens da Université Paris 8 Vincennes-Saint-Denis, em regime de

Sena, I. J. (2024). Políticas do autismo: uma trama complexa de disputas, políticas públicas e práticas discursivas. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 3, e02400r.

cotutela. Pós-doutor pela Paris 8 (2022). Pesquisador da RUEPSY. Sócio da APOLa. Membro do CIRCEFT/Paris 8, ABRAPSO e do GT de Psicanálise e Educação/ANPEPP. Professor do curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).